

# Marcha das Mulheres Negras é um marco de refundação da democracia



» INGRID FARIAS  
Diretora de Articulação  
e Parcerias do  
Instituto Update

» DANDARA DE PAULA  
Gerente de Programas do Instituto Marielle Franco

» MARÍLIA NASCIMENTO  
Coordenadora de Projetos no  
Brasil Instituto Update

**E**m 2015, Brasília foi tomada por cerca de 50 mil mulheres negras vindas de todas as regiões do Brasil. Mais que um protesto, a 1ª Marcha Nacional de Mulheres Negras foi um gesto civilizatório profundo e simbólico. Ao ocupar as ruas com corpos, vozes e bandeiras, a Marcha reafirmou que o direito ao Bem-Viver — conceito herdado das cosmologias indígenas e oposto ao individualismo neoliberal — deve ser a base de uma democracia mais justa e plural. Ao mesmo tempo, mostrou que a luta pelo acesso pleno a direitos da população negra é, em essência, uma conquista de toda a sociedade brasileira.

Mas essa história não começo em 2015. Antes mesmo de "democracia" ou "feminismo" integrarem o vocabulário político nacional, mulheres negras já teciam com coragem e constância projetos de liberdade. De Dandara a Maria Firmina dos Reis, passando por tantas anônimas que sustentaram quilombos e revoltas,



## Ciência para o futuro da Amazônia



» RODRIGO ROLLEMBERG  
Deputado federal e ex-secretário  
de Economia Verde do Ministério  
do Desenvolvimento, Indústria,  
Comércio e Serviços (MDIC)

**A**Amazônia é a maior riqueza estratégica do Brasil e também o maior desafio. Enquanto abriga a mais vasta biodiversidade do planeta e influencia o regime de chuvas de todo o país, enfrenta desigualdade social, baixa diversificação econômica e a ameaça persistente de desmatamento e garimpo ilegal. Para o Brasil, o caminho não é escolher entre floresta e desenvolvimento, mas fazer da floresta o motor de uma nova economia do conhecimento.

A história comprova: quando o Estado brasileiro apostou na ciência, os resultados foram extraordinários. A Embrapa transformou o Cerrado em potência agrícola. A Embraer colocou o país no mapa da aviação mundial. A Petrobras revolucionou a engenharia em águas profundas. Todas nascem de políticas públicas que combinaram visão estratégica, investimento e formação de talentos.

Inspirado nesses exemplos, proponho um robusto e regular investimento em ciência, tecnologia e inovação. Com isso, podemos transformar a maior biodiversidade do planeta na maior plataforma de inovação biológica do século 21, utilizando biotecnologia, nanotecnologia, ciências ômicas e inteligência artificial associados aos conhecimentos tradicionais das populações locais para promover qualidade de vida, gerar riqueza, restaurar ecossistemas

consolidou-se uma tradição de insubmissão que a pensadora Lélia Gonzalez chamou de amefricanidade: uma poderosa síntese de heranças africanas, indígenas e populares que reescreve a própria noção de democracia.

A Marcha atualiza essa tradição. Não fala apenas em inclusão, mas em refundação democrática verdadeira. Ao colocar no centro de sua agenda a Reparação e o Bem-Viver, denuncia o pacto da branquitude que estruturou a política brasileira e sustenta privilégios sob a aparência de neutralidade. E, ao mesmo tempo, projeta alternativas concretas: criação de um fundo de reparações, cotas para mulheres negras nos Três Poderes, um plano habitacional específico, redução dos juros em empréstimos, o fim do encarceramento em massa e o fortalecimento do SUS — propostas concretas que não cabem na lógica de um projeto de "democracia canibal". Essa expressão, cunhada pelo cientista político Marcos Nobre, descreve a forma como o sistema absorve e neutraliza demandas transformadoras e urgentes.

A potência disruptiva da Marcha nasce da posição estrutural das mulheres negras: situadas na encruzilhada entre racismo e patriarcado, mas também forjadas na resistência a ambos. Essa condição, como aponta a socióloga Patrícia Hill Collins, gera uma perspectiva analítica singular sobre os sistemas de dominação. Não se trata de uma política identitária restrita, mas de uma chave universalista. A partir de experiências específicas de opressão, a Marcha revela mecanismos que atravessam toda a sociedade e propõe mudanças capazes de beneficiar o conjunto da democracia e fortalecer o bem comum.

É por isso que falamos em refundação. A Marcha questiona a temporalidade liberal que

trata o racismo como passado já superado e propõe justiça estrutural e histórica. Denuncia o genocídio continuado da população negra e, ao mesmo tempo, projeta formas circulares de vida comunitária e sustentável — capazes de desafiar o ideal de progresso linear da modernidade e inspirar novas formas de convivência.

O que está em jogo não é apenas memória ou reconhecimento. A contribuição das mulheres negras é decisiva porque nossa experiência de exclusão forjou capacidades críticas e propostivas fundamentais para democratizar a democracia de forma efetiva e duradoura. Sociedades mais igualitárias racialmente são também mais democráticas.

A década que separa uma Marcha da outra foi de acontecimentos emblemáticos e transformadores para o Brasil e o mundo. Tivemos a eleição de uma nova geração de lideranças de mulheres negras, o assassinato brutal de Marielle Franco, a pandemia de covid-19, eleições de governos de extrema direita no mundo, o assassinato de George Floyd. Mas, mesmo antes de tudo isso, ainda em 2015, as mulheres negras já apontavam caminhos e estratégias de resistência e futuro que nos ajudaram a atravessar esses tempos.

Em novembro de 2025, quando milhares voltarem às ruas em Brasília, a história estará novamente sendo escrita. E a pergunta que ficará para o Brasil será tão simples quanto radical: estamos prontos para refundar a democracia a partir das vozes que ela mais tentou silenciar?

O Bem Viver é um horizonte ético e político baseado na imaginação radical que, num país racista e patriarcal como o nosso, só nós, mulheres negras, podemos imaginar e construir com sabedoria e esperança.

—

A responsabilidade de dar continuidade a uma coluna que nasceu um ano antes de mim é uma dessas incumbências que exige mais que o exercício da escrita. Requer o gesto de escuta, de reverência e de memória. Não se trata apenas de substituir uma assinatura, mas de sustentar uma tradição de preservar o fio de uma história que atravessou décadas acompanhando a própria construção de Brasília, desde o instante em que o concreto ainda se confundia com a poeira vermelha e o futuro parecia apenas um esboço no papel milimetrado de Lúcio Costa.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // [circecunha.dj@abr.com.br](mailto:circecunha.dj@abr.com.br)



## Com alma e propósito

A responsabilidade de dar continuidade a uma coluna que nasceu um ano antes de mim é uma dessas incumbências que exige mais que o exercício da escrita. Requer o gesto de escuta, de reverência e de memória. Não se trata apenas de substituir uma assinatura, mas de sustentar uma tradição de preservar o fio de uma história que atravessou décadas acompanhando a própria construção de Brasília, desde o instante em que o concreto ainda se confundia com a poeira vermelha e o futuro parecia apenas um esboço no papel milimetrado de Lúcio Costa.

Ari Cunha, criador desta coluna, foi mais do que um cronista da cidade, foi testemunha e protagonista de uma era em que a capital ensaiava seus primeiros passos rumo à maturidade política, cultural e social. Sua pena, tão afiada quanto generosa, registrava o cotidiano com a precisão de quem sabia que cada gesto, cada personagem, cada esquina recém-pavimentada continha o germe de uma história maior. Com sua partida, os amigos, aqueles que o acompanharam nas noites de prosa e nos bastidores de poder, continuaram fiéis à leitura da coluna, como se nela ainda ressoasse o timbre do velho Ari, irônico e cordial, firme e afetuoso. Mesmo com as inevitáveis diferenças de estilo — porque ninguém escreve da mesma forma que outro, ainda que compartilhe da mesma admiração —, os leitores, mais do que tolerar a mudança, a acolheram com uma espécie de respeito silencioso, como quem entende que a escrita também é uma forma de continuidade da presença. É em meio a essa rotina de rememorar e repaginar o passado que sempre republicamos pequenos trechos das primeiras colunas do jornalista.

Uma dessas notinhas falava sobre o Colégio Dom Bosco, em Brasília, que naqueles tempos experimentava um curioso e cívico entusiasmo: o regime parlamentarista havia inspirado até mesmo o sistema escolar. Assim, os alunos organizaram-se à semelhança do modelo político vigente, elegendo presidente, primeiro-ministro e todo um conselho de ministros mirins. No registro, figuravam nomes que, à época, eram apenas promessas de juventude — Hélio Marcos, Domingos José, Mário Jorge, Dimer Camargo Monteiro, Marcelo Magno, Italo, Rogério Brant Martins Chaves, Rui Lemos Sampaio, Ivan de Oliveira Delforge, George Ney e Paulo César Vasques — compondo o primeiro gabinete estudantil de Brasília. Era, ao mesmo tempo, um exercício de cidadania e uma metáfora da esperança, um pequeno ensaio de democracia em uma cidade que ainda se erguia sobre o sonho de Juscelino.

A surpresa, entretanto, veio dias depois da republicação, quando uma carta chegou, escrita por um nome que ressoa entre os que moldaram o pensamento político e jornalístico da capital: Hélio Doyle, o mesmo que, em tempos de farra escolar, ocupava o simbólico posto de presidente daquele da experiência parlamentarista infantil.

A carta, mais do que uma recordação pessoal, foi um gesto de reencontro entre gerações. Ao lê-la, percebi que o tempo, esse grande arquivista das memórias humanas, tem o poder de reunir o que parecia disperso, reconectando a infância à maturidade, o entusiasmo da juventude à responsabilidade da história. E, talvez, seja essa a maior lição de uma coluna que atravessou gerações, o jornalismo, quando se faz com alma e propósito, não se apaga com o tempo, apenas muda de mãos, preservando o mesmo compromisso de olhar o mundo com espírito crítico, afeto e esperança. Eis a carta:

"Cara Circe,

Na "História de Brasília" de domingo você publica os nomes de integrantes de um "governo" parlamentarista, com Hélio Marcos como presidente. A nota, na coluna de seu saudoso pai Ari Cunha, é de 11 de maio de 1962.

O Hélio Marcos sou eu e esse "governo" era a primeira diretoria eleita para o Grêmio Literário Anchieta de Brasília (Glab), do 1º ano ginásial, e que meses depois, com grêmios de outras séries, veio a constituir o Movimento Estudantil Trinta de Agosto (Meta), que também presidi, no Colégio Dom Bosco.

Sob comando de um professor de português, o padre salésiano José Leopoldino, tínhamos aula de organização política brasileira na prática. Os alunos elegiam o presidente do Meta, que escolhia o primeiro-ministro, e os governadores de cada classe. Elegiam também os deputados e senadores, e havia também um tribunal de justiça.

Como o Brasil, em 1962, vivia sob regime parlamentarista, reproduzimos essa estrutura até que o presidencialismo voltou, em 1963. Três partidos disputavam as eleições: a União dos Jovens Democratas (UJD, o meu partido) e sua dissidência Partido Democrático Estudantil (PDE), ambos presidencialistas, e o Partido Parlamentarista Nacional (PPN). Tínhamos até Código Eleitoral.

Dos 10 "ministros" citados, continuei tendo contato com quatro ao longo dos anos: Mário Jorge Dias Carneiro, professor universitário; Italo Silgueiro Filho, publicitário; George Ney Fernandes, embaixador aposentado; Dimer Monteiro, professor universitário, diretor de teatro e ator, já falecido. Há poucos anos soube que Rui Lemos Sampaio presidiu uma grande empreiteira. Dos demais, gostaria de ter notícias.

Grande abraço, Hélio

## » A frase que foi pronunciada

"Uma carta sempre me pareceu como a imortalidade, porque é a mente sozinha, sem a companhia corpórea."

Emily Dickinson

## » História de Brasília

E por falar nisto, estão enganando o presidente da República. Houve uma decisão para reiniciar as obras em Brasília. O IAP-FESP e o IAPM lançaram-se numa euforia arquitetônica e pararam no meio do caminho. (Publicada em 11/5/1962)